SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local
Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 22 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO
Violência fiscal de SP tem reação do Governo do AM 1
CAPA

JORNAL DO COMMERCIO
EDITORIAL 2
OPINIÃO

JORNAL DO COMMERCIO
" O PDT e Amazonino estão em fase de entendimento", revelou Chagas 3
POLITICA

JORNAL DO COMMERCIO
Reação 4
POLITICA

JORNAL DO COMMERCIO
Aproximação 5
POLITICA

JORNAL DO COMMERCIO
Vanessa Grazziotin 6
POLITICA

JORNAL DO COMMERCIO
PIM 7
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
Acordos 8
POLITICA

JORNAL DO COMMERCIO
Vendas 9
EMPRESAS

JORNAL DO COMMERCIO
Um aeroporto industrial 10
ECONOMIA

A CRITICA
Essa canalha do AM só se elege comprando voto' 11
POLITICA

A CRITICA
Essa canalha do AM só se elege comprando voto' (continuação) 12
POLITICA

A CRITICA
PRODUÇÃO DE TABLETS 13
ECONOMIA

A CRITICA
Júlio Ventilari 14
BEM VIVER

AMAZONAS EM TEMPO
Ainda é mais barato prevenir 15
EDITORIAL

AMAZONAS EM TEMPO
Banco vai financiar R$ 300 mi 16
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Amazonas ingressa com ADI na segunda-feira 17
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Novos auditores vão reforçar fiscalizações 18
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Eletricitários 19
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Sefaz rechaça perda com decisão de SP 20
AMAZONAS

DIÁRIO DO AMAZONAS
SEBRAE 21
AMAZONAS

Violência fiscal de SP tem reação do Governo do AM

Decreto do governo paulista coloca em risco projetos já aprovados pelo Codam e em implantação no Polo Industrial

Há cerca de um mês o STF proferiu várias sentenças declarando inconstitucional a chamada guerra fiscal no país, ou seja, a concessão de incentivos fiscais de modo unilateral pelos Estados. Na segunda-feira, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin editou decreto reduzindo o ICMS estadual de 18 para 7% em operações de saída dos produtos de informática fabricados naquele Estado, retomando a guerra fiscal. O decreto do governo paulista coloca em risco projetos já aprovados pelo Codam e em implantação no Polo Industrial. O governador Omar Aziz decidiu recorrer ao STF com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade).

Páginas A2, A3 e A4

EDITORIAL

Guerra fiscal está de volta com São Paulo prejudicando o AM

A coisa é simples: não houvesse a MP 534 dos Tablets, o Estado de São Paulo não precisaria reduzir a tributação do ICMS para 7% em operações de saída dos produtos de informática fabricados naquele Estado, ato governamental que vem justamente consolidar o "pacote" de incentivos fiscais prometido aos grandes investidores.

Mas essa é uma discussão teológica sobre essência e existência, o certo é que a coisa já está feita, a MP foi aprovada com o consentimento, ou fuga de plenário, da bancada federal amazonense, tramita nas duas casas legislativas federais já com predisposição à sua transformação em lei federal, favorecendo justamente São Paulo.

Por aqui, na colônia, os líderes políticos vão continuar a correr atrás do prejuízo, depois de o deixarem acumular-se por inapetência administrativa ou por falta de comprometimento com aqueles que os elegeram. Traído por sua bancada, o governador Omar Aziz deixou passar a MP, mas agora vai ao STF impetrar uma Adin.

Menos mal, porque sacar rápido é a atitude correta para se negociar com o inimigo que já tem uma arma na mão. O governo de São Paulo jogou sujo, não apenas contra o Amazonas, mas contra o sistema fazendário brasileiro e contra o sistema judiciário do país, cujo próprio STF já decidira pela inconstitucionalidade da guerra fiscal.

Se os que se esquivaram de desagradar a presidenta Dilma achavam que isso não aconteceria, erraram o palpite. Resta-lhes salvar a própria pele aliando-se ao governador e ao Amazonas nessa luta.

" O PDT e Amazonino estão em fase de entendimento", revelou Chagas

Dermilson Chagas volta a Superintendência Regional do Trabalho após se afastar para concorrer ao cargo de Deputado Estadual. Chagas é amazonense, graduado em administração de empresas pela Ufam (Universidade Federal do Amazonas), além de ser acadêmico de Direto pelo Ciesa (Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas).

Em sua volta à titularidade da pasta, Chagas ressalta, em entrevista ao Jornal do Commercio, a necessidade da intensificação de fiscalizações nos mais diversos setores de trabalho; de aproximar a superintendência das entidades, organizações civis e trabalhadores, e fala abertamente sobre a entrada do prefeito de Manaus, Amazonino Mendes no PDT.

Dermilson Chagas esteve no JC como Superintendente Regional do Trabalho no Amazonas

> **"Nossas escolas precisam estar disponíveis nos fins de semana, o poder público precisa contratar professores para ministrar cursos, precisa se pensar em centros tecnológicos. Não temos mais tempo para correr atrás do prejuízo"**

Jornal do Commercio - *Quantos postos de trabalho devem ser criados em virtude da Copa do Mundo de 2014?*

Chagas- Não temos um número estimado, mas acreditamos em um aumento significativo. Vale lembrar que precisamos pensar essa questão de olho em um futuro pós-Copa. Infelizmente estamos atrasados também em relação a capacitação desse novo trabalhador, temos que pensar em equipe, governo e prefeitura em ação para efetivar e agilizar a disponibilização de cursos técnicos. Nossas escolas precisam estar disponíveis nos fins de semana, o poder público precisa contratar professores para ministrar de forma correta os cursos, também precisa se pensar em centros tecnológicos. Não temos mais tanto tempo assim para correr atrás do prejuízo.

JC - *Há pouco tempo a superintendência passou a contar com o trabalho de mais auditores, passando de 10, para 50. Esse número é suficiente para suprir a demanda de processos?*

Chagas- Para trabalharmos de forma satisfatória precisamos ter em média de mais de 150. Nossa capacidade de ação já teve um grande avanço com a aquisição desses novos auditores, nosso raio de fiscalização mais que dobrou. Mas, assim como o governo federal e exército, não temos condições de estar em todos os lugares do Estado, entretanto realizamos fiscalizações intensas para inibir qualquer forma de dano ao trabalhador do Amazonas.

JC - *Quais os setores de trabalho que mais necessitam ser fiscalizados?*

Chagas- Todos. Contudo nessa nova administração queremos reiterar o compromisso com o setor civil, ele que hoje é o carro chefe dos empregos terá uma ampla atenção da superintendência.

JC - *Temos um grande Polo Industrial. E não se pode negar a possibilidade de problemas relacionados a manutenção da saúde dos trabalhadores. Existe alguma ação voltada para a fiscalização das empresas do PIM?*

Chagas- De fato o Polo Industrial é um setor que possui suas fragilidades nesse sentido. Mas assim como ele outras áreas também sofrem com a falta de visão de alguns empregadores que não são sensíveis para questões voltadas a manutenção da saúde. O que podemos fazer para minimizar essa situação é aumentar nossas ações e esforços.

JC - *Ainda existem casos de trabalho escravo no AM? Onde se concentram? Como combater esse mal? Quem escraviza pode sofrer que tipos de sanções?*

Chagas- Sem dúvidas. Estamos inclusive realizando uma ação no município de Boca do Acre. Essas pessoas são exploradas sem a garantia até mesmo do recebimento de seus salários. É um problema que deve ser combatido por todos na sociedade, é uma parceira no momento da denúncia, principalmente se levarmos em consideração as dimensões do nosso Estado, onde até mesmo o Exército e governo federal tem dificuldades de fiscalização.

JC - *O senhor retorna a superintendência após se afastar para concorrer ao cargo de deputado federal. O senhor ainda pensa em concorrer a algum cargo político?*

Chagas- Não. Não tenho dinheiro para isso, minha intenção é mesmo realizar meu trabalho frente a superintendência da melhor maneira possível. Quero fazer uma administração de equilíbrio, dando ao trabalhador e ao empregador a oportunidade de conviver em harmonia.

JC - *Como o senhor avalia o atual cenário político?*

Chagas- A política é mesmo um lugar de conflito, tudo pode acontecer e de fato vem acontecendo. As Casas Legislativas precisam estar em consonância com as necessidades da população. As melhorias precisam acontecer nas escolas, no sistema de trânsito, mobilidade urbana, pois de uma forma ou de outra todos nós precisamos de resolução para esse impasses.

JC - *Existe a possibilidade do prefeito Amazonino Mendes ingressar no PDT? Isso geraria uma saia justa com o vereador Mário Frota?*

Chagas- Sim, existe essa possibilidade, eu mesmo já conversei com ele várias vezes. Ainda temos até setembro para viabilizar essa questão, o partido e o prefeito Amazonino estão em fase de entendimento, o ingresso em um partido não se faz do dia para noite, muitos fatores são levados em consideração. Com relação a relação entre o prefeito e o vereador Mário Frota, saliento que para ser oposição não precisa ser inimigo. Amazonino tem uma vida política que o torna um homem respeitado no Estado, lógico que nem sempre na vida só temos acertos.

JC - *O que o senhor acha de um embate entre Amazonino e Eduardo Braga na disputa pela prefeitura em 2012?*

Chagas- Será interessante, Amazonino e Braga são duas grandes forças. Existe um rompimento de geração, e isso será o ponto chave da disputa.

JC - *O senhor acredita na força do ex-prefeito Serafim Corrêa? Ele tem chances em uma disputa com Braga e Amazonino?*

Chagas- Até acredito que ele sairá candidato, mas não creio em uma vitória. Não o vejo com força política suficiente para isso, o estigma de burocrático pegou em Serafim. Para ser oposição não precisa ser inimigo.

Reação

Arthur Virgílio manda carta à Geraldo Alckmin, de SP

Esta quinta-feira (21) decisão paulista de reduzir as alíquotas de ICMS para tablets prvocou reações amazonenses. O ex-senador Arthur Virgílio Neto foi o mais contundente na defesa o Estado e se destacou por enviar carta ao governador de SP, Geraldo Alckmin, que o JC reproduz abaixo:

"Prezado Geraldo,

O Amazonas foi traído pela presidente Dilma Rousseff no episódio dos tablets. Concedeu incentivos que os direcionam a São Paulo e, com isso, pode ter aplicado golpe de morte no Polo Industrial de Manaus.

Agora você desonera a produção desse artigo tão relevante, cumprindo, certamente, seus deveres de governador do principal estado da Federação. Ora, a presidente se decidiu por São Paulo, não haveria, então, de ser logo você a recusar a generosa oferta.

Na minha lógica, se Dilma não houvesse editado a MP 534, os tablets iriam para Manaus, mesmo que você tomasse a atitude que tomou. Daí a insistência com que me disponho a entender o governador.

Só não o entendo mais, aliás, porque você não é um governador qualquer, restrito às fronteiras paulistas, candidato a presidente da República que foi e nome presidenciável que é. O governador local, que só aspire a dirigir seu estado por quatro ou oito anos, cumpre seu papel e vira as costas para o resto do Brasil. Do governador nacional, que conhece o país e seus problemas, se espera visão global, percepção de conjunto da realidade complexa e multifacetada que nos envolve.

Escrevo-lhe, pois, para registrar a incompatibilidade que vejo entre essa forma de governar São Paulo e as necessidades do Amazonas, do Nordeste, do Centro-Oeste. Dilma, que recebeu quase todos os votos do meu estado, traiu a expectativa nela depositada. Você não traiu nada e nem ninguém: apenas, mais uma vez, esqueceu que perder um pouco no curto prazo pode significar ganhos políticos e até econômicos para São Paulo.

Veja que não me refiro a ganhos políticos para você, mas para São Paulo, hoje visto como estado predador, que se distancia dos demais entes federados e, não raro, os esmaga. Por igual, quando me refiro a ganhos econômicos, penso num Brasil equilibrado, que consuma mais, produza mais, enriqueça mais, negocie mais com São Paulo e participe, forte e justamente, da prosperidade do povo que você governa. Esqueçamos, se é que podemos, os tablets. Lembremo-nos dos celulares, das inúmeras – e inconstitucionais – medidas restritivas adotadas contra uma área de exceção, garantida pela Constituição, que é a Zona Franca de Manaus. Trata-se, claramente, de uma postura: não abrir mão nunca de nada, sem desconfiar de que isso consolida o crescente rancor brasileiro contra o admirável estado que você dirige.

A Zona Franca se estriba em incentivos fiscais? Claro que sim. Castelo Branco e Roberto Campos tiveram a lucidez de perceber que se deveria incentivar região pobre e estratégica. A França fez isso com o seu Midi, a Itália com o seu Mezzogiorno, os EUA com o Tennessee Valley.

O Brasil fez isso a favor de São Paulo a vida inteira. Ou não foi assim quando JK decidiu que a indústria automobilística seria majoritariamente paulista? Quando o presidente Collor criou a Lei de Informática? Quando Lula, recentemente, fez todas as concessões fiscais possíveis e imagináveis para socorrer as montadoras de automóveis? Quando se trata do Amazonas, certa imprensa torce o nariz. Ignorando o peso do Polo de Manaus para a manutenção da floresta em pé. Esquecendo o seu valor para a segurança nacional. Olvidando o seu significado econômico, com reflexos generosos para o próprio São Paulo.

Sugiro-lhe que faça um exame dos contenciosos paulistas com os demais estados. E espero que compreenda a decisão que tomei.

Sem nenhum prejuízo para a admiração que nutro por sua competência e sem nenhum arranhão na amizade que lhe dedico, saiba que, doravante, estarei impossibilitado de me alinhar politicamente ao seu lado. Pelo menos até o momento em que os governos de São Paulo e do Amazonas sentem à mesa de negociação e acertem modo harmonioso e justo de convivência. Escrevo-lhe quando estou sem mandato, "exilado" em Lisboa e você desfruta de situação política confortável e forte. É melhor que seja assim. É mais o meu estilo. O contrário talvez me inibisse e constrangesse. Se seu (alto) limite é se restringir a São Paulo, meu dever é defender o Amazonas.

Recomende-me à Lou e aos "meninos" e receba meu mais cordial abraço.

Arthur Virgílio Neto"

Aproximação

PSB apoia Omar na Adin contra São Paulo

Para o ex-prefeito Serafim Corrêa, Adin proposta por Omar Aziz está correta, mas já prevê uma morte lenta do PIM

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JC

Para o ex-prefeito de Manaus e presidente de honra do PSB, Serafim Corrêa, o governador Omar Aziz age com acerto ao decidir ingressar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) contra o Estado de São Paulo que, por meio do decreto 57.144, desonera o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria) para atrair o maior número possível de empresas com interesse em fabricar tablets no parque industrial paulista. "O governador está agindo com acerto contra mais este absurdo contra o nosso Estado", diz Serafim, considerando ilegal o ato do governador Geraldo Alckmin por contrariar o Confaz (Conselho Nacional de Fazenda).

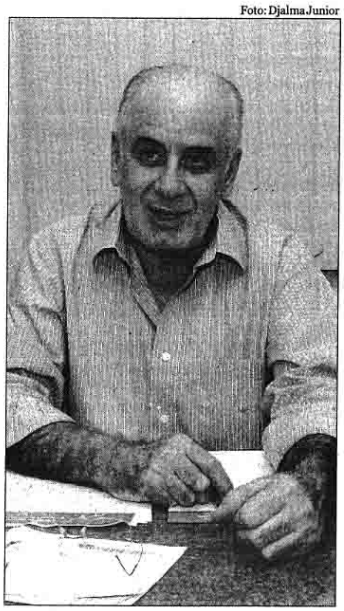
"Sem dúvida alguma, agiu bem o governador Omar Aziz ao recorrer ao STF, pois, de acordo com a Lei Complementar nº 24/75, São Paulo não pode conceder tal incentivo. Depende de convênio, aprovado unanimemente por todos os outros Estados, o que não aconteceu", dispara Serafim, garantindo que, com a desoneração do ICMS, São Paulo mais uma vez prejudica a Zona Franca de Manaus, que pode agora perder para o Estado sulista investimentos da ordem de R$ 405,3 milhões abrangendo cinco empresas com projetos aprovados no Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas) para produzir tablets em Manaus. "Com mais estes incentivos concedidos por São Paulo, fica muito mais barato produzir lá, onde está o mercado consumidor, do que aqui. Por isso, as empresas vão preferir ficar por lá", prevê.

Serafim Corrêa não descarta a hipótese de o ministro da Ciência e da Tecnologia, senador petista Aloízio Mercadante, estar por trás do golpe contra a ZFM, apesar de suas diferenças políticas com o governador tucano Geraldo Alckmin. "Mercadante e Alckmin fazem o mesmo jogo que é defender São Paulo e seus interesses. Nada os separa, estão juntos nessa empreitada", acusa o ex-prefeito, dizendo não ter mais ilusões sobre a morte lenta do Parque Industrial de Manaus e critica a presidente Dilma Rousseff e a bancada federal amazonense no Congresso Nacional. "Diria que é uma morte lenta do PIM. Precisamos reagir. Lamento a omissão da nossa bancada que só diz amém à presidente Dilma, que não está sendo correta conosco", desabafa.

Apesar de entender como correta a atitude do governador Omar Aziz com relação à Adin contra São Paulo no STF, o líder do PSB na Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Ramos, afirma que o decreto paulista, tentando reacender a guerra fiscal entre os Estados, não teria sido editado se o governo do Amazonas já tivesse ingressado no STF contra a Medida Provisória 534, que permite a fabricação de tablets em todo o território nacional. "Concordo com a luta no Supremo contra São Paulo, mas digo que, com a MP 534, o governo federal reduziu IPI/PIS/Cofins para ajudar a indústria paulista e o governo amazonense ficou calado, ameaçou, mas não foi ao STF", observa o deputadoo, assegurando que a ato do governador Alckmin jamais ocorreria se Omar tivesse recorrido logo ao Supremo.

Para o deputado federal Carlos Souza (PP-AM), a medida do governo paulista, à revelia do Confaz, afronta o STF, que proíbe a guerra fiscal, mas destaca acreditar nos esforços do governador Omar Aziz, inclusive junto à presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, o governador já se movimenta no Palácio do Planalto buscando apoio na sua luta para combater o decreto paulista que afeta a ZFM e pode prejudicar a fabricação de televisores LCD no PIM.

Foto: Djalma Junior



Serafim Corrêa faz afagos a Omar Aziz e elogia o posicionamento firme do governador em luta pelos direitos do PIM, mas critica bancada federal do Amazonas e a presidente Dilma

Vanessa Grazziotin

Redução do ICMS é "violenta e desrespeitosa"

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) criticou, nesta quinta-feira, a decisão do governo de São Paulo de conceder incentivos fiscais para a produção de tablets, considerando a medida de redução da alíquota do ICMS, "violenta e desrespeitosa". De acordo com a senadora, o governo federal também deve se posicionar contra o decreto 57.144, de 18 de julho de 2011.

"Esta não foi somente uma decisão contra a Zona Franca de Manaus, mas contra todo o país, pois contraria uma decisão do STF que proíbe que os Estados concedam benefícios sem a autorização unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)", explicou. O Confaz reúne as secretarias de Fazenda de todos os Estados do país.

Segundo informações veiculadas na imprensa do Amazonas nesta quinta-feira, a principal desvantagem da medida para o Estado está nas operações realizadas pelo comércio de São Paulo, que venderão os tablets produzidos pelas indústrias paulistas com alíquota de 7%, contra alíquota de 18% dos fabricados no PIM.

"Esta foi uma decisão violenta e desrespeitosa. O governador Omar Aziz tomou a decisão certa ao decidir entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF. E devemos lembrar que não é a primeira vez que o Estado de São Paulo, que é o mais rico da federação, toma medidas contra o Amazonas. No passado, nossos produtos chegaram a ser sobretaxados", destacou Vanessa Grazziotin.

A senadora destacou, ainda, que a decisão de São Paulo revela que a Medida Provisória (MP) 534 não é tão danosa à ZFM como muitos a consideravam. "A prova é que eles precisaram recorrer à concessão de incentivos fiscais para atrair mais indústrias", frisou Vanessa. "A MP 534 incluiu o tablet como bem de informática e isso é natural, pois ele é um computador. Mas nossas vantagens comparativas permanecem, pois nós podemos conceder incentivos fiscais de ICMS", completou.

PIM

Política industrial sem participação da ZFM

Segundo o Cieam, Estado não foi convidado pelo governo federal para discutir o projeto

POR LUANA GOMES

Em virtude das Medidas Provisórias beneficiarem as indústrias das regiões Sul e Sudeste e botarem a ZFM (Zona Franca de Manaus) em risco, a região fica apreensiva quanto ao lançamento da PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade), que só precisa da sinalização da presidente Dilma Rousseff para ser expedida.

Segundo o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) e também dirigente titular do Sinaees/AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Wilson Périco, o Amazonas sequer foi convidado ou teve sua solicitação atendida para participar da resolução do texto.

"Até onde sei, não tivemos participação de representantes do Estado nessas discussões. Portanto, se nossos anseios não foram apresentados, é muito improvável que esta política traga benefícios para a ZFM", avaliou.

O secretário titular da Seplan (Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas), Marcelo Lima, argumenta que o governo do Amazonas encaminhou o pleito ao MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) e ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) para participar da elaboração do texto, mas não foi atendido.

Desta forma, Lima destaca que, sem conhecimento do documento, é impossível fazer qualquer prognóstico. "O governo federal não nos facultou conhecer previamente o texto. E temos notícia que a Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus] também desconhece a versão final, cuja produção está a cargo da ABDI [Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial]", salientou.

Segundo o titular da Seplan, Marcelo Lima, o governo estadual encaminhou pleito ao MCT e ao Mdic para participar da elaboração do texto, mas não foi atendido

O presidente do Simplast (Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Amazonas), Carlos Monteiro, analisa que qualquer coisa em termos de isenção de impostos pode comprometer o Polo em razão da sua localidade geográfica.

De acordo com o representante da Seplan, o Governo do Amazonas confia no apoio da presidente Dilma quanto a manter as vantagens comparativas do modelo Zona Franca.

Embora diga acreditar nas intenções da titular do governo federal, Wilson Périco lembra que a decisão está nas mãos de técnicos e ministros do MCT e do Mdic, que, de acordo com o dirigente, não têm demonstrado boa vontade para com a região.

"Sabemos das promessas da presidente, mas temos visto que seus ministros não têm comprometimento com elas e sim interesses políticos em seus Estados de origem, não medindo as consequências para atingi-los", ponderou.

Balança Comercial

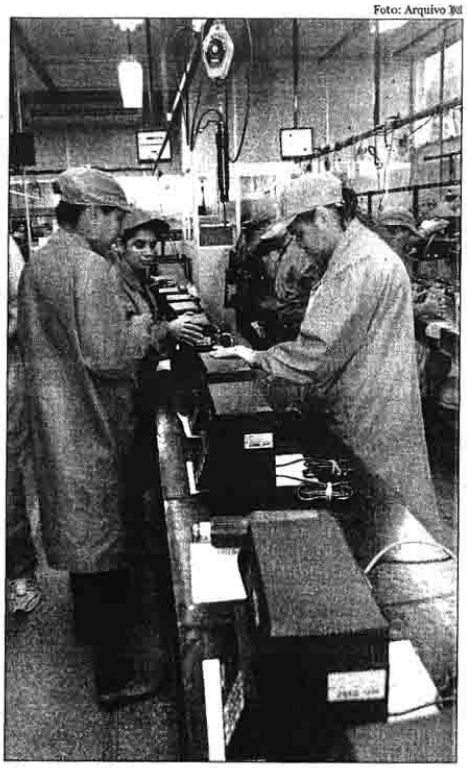
Uma das pretensões do governo é aumentar o valor agregado das exportações brasileiras, situação que diverge da tradição da ZFM. Atualmente, a balança comercial amazonense registra um deficit de US$ 5.71 bilhões, de acordo com dados do Mdic.

Carlos Monteiro afirma que, apesar da provável reclamação da indústria em geral, o segmento de componentes deve sair beneficiado com esta proposta. E, segundo ele, mesmo quanto às outras atividades do Polo, o impacto não será "tão gritante que vá prejudicar".

Contudo, Lima argumenta que seria arriscado não considerar o cenário exitoso do Polo, já que o intuito do plano é reduzir a importação de insumos, "adensando a cadeia produtiva a partir de precondições que estimulem estes investimentos".

"Temos força e vocação como polo de manufatura e não como plataforma exportadora. Nossos produtos são absorvidos no mercado doméstico", finalizou.

Foto: Arquivo JC



Elevado nível de importações e vocação para o mercado interno podem colocar o PIM no lado oposto dos objetivos do projeto federal

Por dentro

Valor agregado e inovação tecnológica

Os pilares da PDC serão o aumento da agregação de valor local e inovação tecnológica. De acordo com o secretário executivo do Mdic, Alessandro Teixeira, para sustentá-los, a estrutura da política prevê aumento do nível de investimento e desdobramento do conceito de inovação, que vai desde o marco legal até o financiamento de inovação e também exportações.

Segundo o ministro Fernando Pimentel, a PDC será lançada no dia 2 de agosto pela presidente Dilma Rousseff, que detalhará seus incentivos.

Acordos

Sebrae quer menos burocracia para MPE

Consolidar e ampliar o processo de simplificação e desburocratização do ambiente legal das MPEs (micro e pequenas empresas). Esse é o objetivo do acordo de cooperação técnica firmado ontem entre o Sebrae, o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e a FNP (Frente Nacional dos Prefeitos). A assinatura ocorreu na 19ª Reunião Plenária do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, em Brasília, na sede da CNC (Confederação Nacional do Comércio).

O acordo tem objetivo de incentivar a criação da Rede de AD (Agentes de Desenvolvimento), prestar suporte aos agentes, promover a articulação de ações públicas para desenvolvimento local e territorial e estimular a construção de um ambiente favorável à competitividade das MPEs. O AD é uma figura jurídica prevista na Lei Geral. Seu trabalho contribui para que prefeituras tirem do papel os dispositivos legais. Já foram formados no país mais 700 potenciais agentes, que agora terão a certificação também do MDIC.

Para o diretor-técnico do Sebrae Nacional, Carlos Alberto dos Santos, a criação do Agente de Desenvolvimento nos municípios é um passo muito importante para consolidar e ampliar o processo de simplificação e desburocratização do ambiente legal. "Os pequenos negócios atuam nos municípios. E o acordo firmado hoje vai colocar esses empreeendimentos no avanço extraordinário de implantação de políticas públicas de fomento no nível municipal", afirmou.

Por dentro

Outros acordos

Durante o evento, o MDIC assinou outros acordos técnicos com o Ministério da Justiça, Correios, INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e CFA (Conselho Federal de Administração). Os Correios, junto com o Fórum Permanente, vão intensificar a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas.

O Ministério do Turismo também firmou compromisso com o MDIC para identificar, ordenar e fortalecer a relação entre as atividades turísticas no Brasil, as micro, pequenas e médias empresas do setor e o artesanato brasileiro.

Vendas

Nokia encerra trimestre com prejuízo de 492 milhões de euros

A Nokia, maior fabricante mundial de celulares em termos de volume, encerrou o segundo trimestre com prejuízo de 492 milhões de euros, revertendo resultado positivo de um ano antes e perdendo a liderança do mercado de smartphones para a Apple.

Apesar disso, a companhia registrou um lucro operacional acima do esperado pelo mercado, excluindo certos itens, favorecida por receitas de 430 milhões de euros geradas por pagamento de royalties, incluindo as devidas pela Apple após vitória da empresa finlandesa em um processo judicial contra a rival norte-americana.

O lucro operacional somou 391 milhões de euros (US$ 555.1 milhões) acima de todas as previsões de analistas, que variaram de prejuízo de US$ 35 milhões a lucro de US$ 285 milhões.

As ações da empresa subiam 1,2% às 10h14 (horário de Brasília), reduzindo alta que chegou a 3,5% mais cedo.

A Nokia informou ter vendido 16,7 milhões de smartphones no período, perdendo o posto de maior fabricante de celulares inteligentes para a Apple, que vendeu 20,3 milhões de unidades do iPhone.

A empresa finlandesa criou o mercado de smartphones em 1996 com o primeiro modelo Communicator, mas nos últimos anos não conseguiu responder ao crescimento no segmento das rivais Apple e Research in Motion.

"O caminho de recuperação da Nokia será longo. A deterioração da performance da empresa em smartphones mostra que tempo é a essência na reconstrução de um portfólio coerente de produtos baseados no Windows Phone 7 em 2012", afirmou o analista Geoff Blaber, da CCS.

O preço da ação da Nokia caiu pela metade desde fevereiro, quando a empresa revelou sua mudança para a plataforma da Microsoft em meio às preocupações de que a companhia perca muita participação de mercado antes de que os novos modelos de aparelhos cheguem às prateleiras.

A Nokia afirmou no balanço que espera que seus negócios com celulares continuem lucrativos no terceiro trimestre, contrariando expectativa de analistas de que as operações da empresa sofreriam mais enfraquecimento.

"A previsão para o terceiro trimestre foi um alívio. Parece que não vai ser tão ruim quanto o temido", disse Hannu Rauhala, analista do Pohjola Bank.

Um aeroporto industrial

Notas & Oportunidades

LUIZ EDUARDO OLIVEIRA

Novo golpe contra os fundamentos da Zona Franca de Manaus foi desferido pelo Estado de São Paulo através de um decreto de seu governador, Geraldo Alkmin, que diminuiu a alíquota do ICMS para a produção de tablets. O engessamento e arcaísmo da legislação tributária leva ao que chamamos de guerra fiscal entre as unidades da federação.

A situação é que em um país em desenvolvimento como o Brasil, que vem atraindo grandes investimentos, mega empresas procuram locais com, no mínimo, melhor infraestrutura, algo que seja similar a importância de seus produtos na visão dos mercados globais.

São Paulo, não se iludam, tem projetos que o Amazonas sequer tem planos em sonhar, pois bem sabemos que nossos governanantes, desde Plínio Ramos Coelho até Amazonino "então morra" Mendes, com uma ou duas exceções, apenas usaram os benefícios fiscais e os seus cargos públicos em proveito particular. Um desses projetos dos paulistas é a construção de um aeroporto industrial, o qual será de uso exclusivo para importação e exportação de produtos ali fabricados ou que necessitem de apoio logístico naquela região.

O estudo se chama "proposta para implantação de aeroporto industrial internacional em São Paulo", de autoria da Profa. Rita Moura Fortes e outros pesquisadores. Aquele Estado possui na sua região metropolitana três aeroportos de uso de passageiros e de cargas, um em Garulhos e outros dois em Campinas e São José dos Campos. As distâncias não ultrapassam cem quilômetros até a maior metrópole da América Latina, percurso que pode ser feito por excelentes estradas. Falta apenas o trem bala.

Por conta disso, o que se expõe é que se dedi-quem esforços verdadeiros à melhoria de vida do povo amazonense. Tivemos sete anos um representante nosso em um dos ministériso mais importantes da República e nada nos foi deixado como boa herança. Apenas cargos foram preenchidos em Brasília para apaninguados se deleitarem com as benesses palacianas.

O engessamento e arcaísmo da legislação tributária leva ao que chamamos de guerra fiscal entre as unidades da federação

Entretanto, o governador Omar Aziz ameaça, apenas isso, impetrar uma ação direta de inconstitucionalidade contra o decreto de Alkmin. Nesse tempo, o Amazonas padece em ter um dos piores indíces de desenvolvimento humano do país, a população do inteior é desassistida e a educação dos menores é sofrível. Mas, foi daqui que saiu, em termos relativos, a maior votação para a presidente Dilma Roussef.

Não se preocupem, ela prometeu, mesmo só tendo pisado aqui uma vez, garantir os empregos e incentivos do ainda forte polo industrial. Aliás, os empregos no polo se mantêm os mesmos a vários anos, não aumentam e são sem maiores complexidades. Nas palavras de Aziz "não adianta estender a ZFM sem manter nossa competitividade. Não adianta fazer reforma tributária sem olhar com cuidado para a Zona Franca. É uma situação muito crítica e muito séria a que estamos passando no momento".

Mas não temam todos aqueles que votaram em Dilma Rousseff, ela cuidará de todos e não deixará que nada de mau lhes aconteça, pois isso é promessa dela e de Alfredo, de Omar e de Braga, de Vanessa e de Praciano e todos os outros.

Enquanto isso, vamos vivendo no isolamento sem estradas trafegáveis até o sul do Brasil, com um aeroporto tímido, sem um porto de grande envergadura para nossas empresas e usuários que tentam se deslocar usando os rios amazônicos. Aliás, a movimentação de pessoas para as cidades do inteiror não muda há pelo menos um século, barcos inseguros, comandados por aventureiros que não sofrem qualquer tipo de fiscalização.

Esse é o nosso Amazonas e o legado de seus atuais governantes, o atraso e o abandono.

Até a próxima semana.

LUIZ OLIVEIRA é engenheiro civil e analista tributário da Receita Federal do Brasil desde 2001

Manaus, sexta-feira, 22 de julho de 2011.

Essa canalha do AM só se elege comprando voto'

LÚCIO PINHEIRO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Às vésperas de completar 84 anos, o ex-senador amazonense Evandro Carreira pode ser definido como um crítico áspero. Considerado o primeiro político brasileiro a discutir o tema Amazônia em âmbito nacional, quando a temática não era moda, o socialista permanece firme na sua aversão ao capitalismo, apontando as implicações que esse modo de produção tem sobre a sociedade e sobretudo na política partidária.

Evandro Carreira defende que o homem é bom, mas o sistema o corrompe. Denominando-se "um lutador", o ex-senador afirma que se encontra hoje com a mesma força e vontade que o movia no combate ao Regime Militar, quando foi eleito senador em 1974 pelo Movimento Democrático Brasileiro. Atualmente, sem partido, quer ser candidato a prefeito de Manaus. A seguir, trechos da entrevista concedida por ele ao jornal A CRÍTICA, no final da manhã de ontem, após receber homenagem na Câmara Municipal de Manaus (CMM).

Que avaliação o senhor faz dos nossos parlamentares na Câmara de vereadores, Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional?
O Legislativo, de modo geral, no Amazonas, faz o que pode. Está à mercê do capitalismo. Um deputado desse, que tem que comprar voto, tem que arranjar dinheiro do Executivo. Você vê, por exemplo, o israelense pratica o capitalismo no mundo inteiro, mas o Estado de Israel é socialista. Quem ganha mais lá ganha 15 mil dólares, que é o premier. Ninguém é dono de nada. O Estado que é dono de tudo. No dia que acontecer isso, vai funcionar. Senão você tem heróis como eu que foram salvos,

Perfil

Evandro Carreira

NOME: Evandro das Neves Carreira
IDADE: 83 anos
ESTUDOS: Formado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, em 1960, com especialização em Filosofia do Direito, Direito Penal, Juri e Direito Constitucional.
EXPERIÊNCIA: Foi vereador de Manaus, eleito em 1959, reeleito em 1963 e eleito senador em 1974.

Prefeitura de Manaus?
Eles estão frágeis, porque não têm conteúdo, não têm mística. Não tem sociologia amazônica. Não pode funcionar. Ficam dependendo do que caiu do céu. Dependendo de uma Zona Franca que é só aparafusamento, de um decreto.

A Amazônia não tem vocação para a indústria?
Não. Não é industrializar. É industrializar a matéria-prima glebária. Não é aparafusar o que vem de fora. Isso não é indústria. Nós temos fábricas de chips. Como é que isso é polo industrial se não tem fábrica de chips. O chip é a base de tudo. Nós temos que industrializar nossa pupunha, nosso tucumã, jerimum. Temos 40 milhões de hectares de várzea se oferecendo dadivosamente. Não precisa de adubo. Estamos importando cheiro-verde do Ceará. Um governo que importa cheiro-verde não merece consideração. Nem o prefeito, nem o governador.

O senhor acredita em desenvolvimento sustentável?
Não existe sustentabilidade. Isso é um modismo que criaram para justificar esse capitalismo selvagem. O que se pode falar é em reciclar, destrói, mas cons-

Essa canalha do AM só se elege comprando voto' (continuação)

Frase

"O povo tem que se conscientizar. Essa canalha que comanda a política amazonense não pode ser reconduzida"

"Um governo que importa cheiro-verde não merece nenhuma consideração"

"Não existe sustentabilidade. Isso é um modismo que criaram"

Evandro Carreira
ex-senador

O que o senhor pensa sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo?
Já foi provado que o homossexualismo não é crime. É genético. O sujeito já nasce homossexual. O cérebro dele é homossexual. Não adianta. Ele tem que ser tratado com carinho, com amor. Ele é um ser vivo. Só que é um pouquinho diferente. Não tem mulher diferente, que gosta de ser beliscada quando chega ao orgasmo? Nós temos que respeitar. O gay tem que ser respeitado. Agora, quanto esse negócio de chamar de casamento, isso aí é tolice. Eles nem deviam estar exigindo. É apenas um contrato social. Agora tem que dá o direito de viver junto.

O que esperar para as Eleições de 2012?
O povo tem que se conscientizar, porque essa canalha que comanda a política amazonense não pode ser reconduzida. Só se elege comprando voto. E o povo não pode vender seu voto. Tem que ter consciência. Tem tanta gente de valor, que pode ser aproveitada. Vai votar por uma dentadura, uma cesta básica. É o povo que bota a canalha lá. Essa mixórdia de partidos tem que acabar. Não precisa ter 30, 40 partidos. Nós temos cinco ou seis ou oito ideologias. Só pode formar partido se tiver uma ideologia. É isso.

O senhor é filiado a algum partido?
Não. Estou sem partido. Mas penso em ser candidato a prefeito. Para me prenderem, para me arrebentar. Isso seria o ideal. Eu quero morrer metralhado. É meu sonho. Não quero morrer na cama, eu quero morrer lutando. Sou socialista, não aceito o capitalismo. Não aceito isso. Um devorando o outro.

Como o senhor está acompanhando a crise no Ministério dos Transportes envolvendo o senador Alfredo Nascimento?
Desde que o Alfredo chegou aqui, em 1978, consolando homens desconsolados. Um cara que consolida a carreira política consolando homens desconsolados não dá. Ele é semi-analfabeto. Chegou, se amigou com um político, que fez dele tudo: superintendente da Suframa, secretário da fazenda, prefeito, ia ser papa. Nunca escreveu nada. Tudo fazem para ele. Não estava nem sabendo que estavam roubando. Isso já foi coisa do Lula e da Dilma para fazerem campanha. Agora o eliminaram.

Homenagem tardia, diz vereador

O ex-senador Evandro Carreira foi condecorado, ontem, com a outorga da "Medalha de Ouro Cidade de Manaus". A homenagem é concedida pela Câmara Municipal de Manaus (CMM) e foi proposta ao ex-senador pelos vereadores Massami Miki (PSL) e Mário Frota (PDT). A cerimônia de entrega da medalha ocorreu ontem, às 10h, no plenário da CMM, e contou com a presença de familiares e amigos do homenageado.

"Essa é uma homenagem justa a um guerreiro. Homem público que serviu de inspiração para mim", disse Mário Frota. "A Casa devia essa homenagem, que acontece tarde", completou Massami Miki. A CMM aprovou a homenagem em 2007, mas somente ontem ela foi realizada.

PRODUÇÃO DE TABLETS

Projetos aprovados serão mantidos no AM

Para a Sefaz, projetos já aprovados para produção do equipamento em Manaus serão implantados.

RENATA MAGNENTI
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O Governo do Amazonas acredita que a desoneração promovida pelo Governo de São Paulo à produção de tablets é tão precária que não ameaça os investimentos já aprovados para fabricação desses equipamentos no Amazonas. Só em julho, o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) aprovou projetos que totalizam R$ 405,3 milhões, com previsão de gerar 220 empregos nos próximos três anos. O Governo do Estado está se preparando para ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que a desoneração de ICMS para tablets em São Paulo não entre em vigor.

Para o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abrahim, a medida do Governo paulista é inconstitucional e essa questão - concessão de incentivos de ICMS - já foi abordada pelo STF, que decidiu condicionar a concessão de tais incentivos à aprovação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de fazenda de todos os Estados.

"Aqui (no Amazonas), damos a garantia aos investidores quanto aos benefícios concedidos legalmente, diferente de São Paulo, que quer oferecer um benefício inconstitucional e, portanto, precário", explicou Isper Abrahim. Segundo ele, a insegurança jurídica do incentivo paulista torna inócuo o decreto que desonerou a comercialização dos tablets.

Projetos aprovados

Mantidos

- **CBTD** - sucessora da antiga Gradiente
- **Digibrás** fábrica de computadores do grupo CCE
- **Greenworld** tablets com tecnologia chinesa e tawanesa
- **Positivo Informática** empresa do Grupo Positivo
- **Samsung** sul-coreana

Arquivo A CRÍTICA / Euzivaldo Queiroz

Para Isper, da Sefaz, decreto paulista é duplamente equivocado e precário

EXCLUSIVIDADE

O Amazonas, por conta da Zona Franca, é o único Estado com respaldo para conceder incentivos fiscais e é arbitrária qualquer medida adotada por outra unidade da federação.

O secretário afirmou ainda que o decreto publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na última terça-feira, é ilegal duas vezes por não ter sido aprovado no Confaz e pelo Estado não ter essa autonomia.

"O Governo paulista quis fazer a figura do esperto e, por isso, vamos recorrer judicialmente contra o decreto". Até a próxima segunda-feira, dia 25, a Sefaz encaminha ao STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para tentar reverter o decreto assinado pelo governador Geraldo Alckmin, reduzindo a zero a tributação em operações de saída dos tablets fabricados naquele Estado.

O ex-senador Arthur Virgílio Neto enviou carta ao governador Alckmin - que também é do PSDB -, argumentando que São Paulo pode ganhar muito no longo prazo ao abrir mão de um pouco no curto prazo, e que não ganha nada ao impedir o desenvolvimento de outros Estados que podem até fazer bons negócios com São Paulo.

Colaborou: Joubert Lima

Júlio Ventilari

Mão dupla

Virá a Manaus, na segunda-feira, a presidente da Schneider Eletric no Brasil, Tânia Consentino. Terá encontro com diretor do Senai-AM, Aldemurpe Barros. A conversa será para ampliar a parceria entre a empresa e a instituição na formação de mão de obra especializada para a indústria local.

Vendo de perto

A agenda da executiva também incluirá visita a Borba na quinta-feira. Conhecerá as ações do barco-escola Samaúma nas áreas ribeirinhas.

Manaus, sexta-feira, 22 de julho de 2011.

Ainda é mais barato prevenir

Já está mais do que na hora de a sociedade se envolver em um projeto mais profundo do que o permanente plantão de jurídico para a elaboração de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) para defender os interesses da Zona Franca e do Polo Industrial de Manaus. O que está posto na mesa é que o Amazonas precisa de um projeto econômico que comprometa todos os 61 municípios do Estado e não apenas a capital, que centra todos os olhares das políticas públicas.

Agora mesmo o governo está mobilizado em torno de mais uma ADI para desmontar o Decreto 57.144 do governo paulista, na disputa pela produção de tablets. Não é a primeira ação (existem outras que ainda nem foram julgadas pelas instâncias judiciárias, em Brasília) e nada garante aos amazonenses que seja a última. O "modelo que deu certo", já se sabe em todos os níveis de interesse do Estado, não pode ser eterno, ainda mais diante do quadro da economia global, que pode ser mudado a qualquer momento, com a simples digitação de um computador de qualquer parte do mundo.

O próprio modelo nunca foi suficientemente explicado à totalidade dos amazonenses, muito menos aos brasileiros. Criou-se em torno da Zona Franca uma mitologia sustentada por uma retórica de adjetivos, sem nunca situar a sua condição substantiva. A pergunta primária é: o que os amazonenses pretendem fazer com essa enormidade de rios e florestas, se é que pretendem? A solução para uma problemática dessa envergadura tem sido a mais cômoda e mais irresponsável: dividir o Estado em territórios e municípios (mais municípios) - e fazer o que com essas novas unidades federativas?

Resposta simples e irresponsável: viver de repasses da União e aumentar a "representatividade" no Congresso. E não é isso que tem acontecido? De que vivem os municípios amazonenses, senão de longas negociações nos gabinetes da sede administrativa estadual em Manaus, onde prefeitos também circulam em carros luxuosos e jantares caudalosos? Está na hora de se levar essa discussão para os mais amplos auditórios possíveis. Chega de chorar sobre o leite derramado.

Banco vai financiar R$ 300 mi

Até o fim do ano, o Banco da Amazônia deve disponibilizar recursos em torno de R$ 300 milhões. O montante será distribuído entre os setores da agricultura familiar, empreendimentos rurais e não rurais, além dos segmentos de indústria e comércio.

Somente entre janeiro e maio deste ano, as indústrias do Estado do Amazonas receberam R$ 107,4 milhões para financiamentos de projetos econômicos no Estado, enquanto o setor rural ficou com R$ 34,2 milhões. Os recursos são provenientes da instituição financeira e referentes aos Fundos Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

O valor deste ano, totalizado em quase R$ 500 milhões, já é 100% maior que o financiado no ano passado. "Dobramos o valor aplicado em 2010, pois os recursos foram bastante utilizados. Além disso, a demanda foi crescente e houve grande influência dos financiamentos feitos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)", informou o recém-empossado superintendente do banco, Wilson Evaristo.

De acordo com o executivo, a nova gestão preza pela melhoria do banco como um todo. "Nisso constam, além de um melhor atendimento ao nosso público, mais atenção aos programas dos governos federal e estadual, que priorizam o desenvolvimento socieconômico do Amazonas e também têm foco na sustentabilidade", destacou.

Além disso, segundo ele, outra meta é dar continuidade aos serviços que priorizam a agricultura familiar. "Também estaremos atentos, principalmente, aos projetos de micro e pequenos empresários do Estado, para que nossos serviços cheguem a 100% desses municípios", enfatizou.

Expansão e prosseguimento

Atualmente, o Banco da Amazônia possui unidades nos municípios de Boca do Acre, Carauari, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Maués e Parintins, além da capital amazonense. Até o fim do ano, a instituição bancária deve inaugurar filiais em Manacapuru e Tefé. Em Roraima, o banco atende às cidades de Boa Vista e Caracaraí.

O novo superintendente afirmou ainda que assumiu o cargo em um momento bastante positivo. "A administração anterior, com certeza, desempenhou um bom papel, o que nos deixa muito satisfeitos e ainda mais empenhados em manter a mesma trajetória, principalmente, no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar", comentou o dirigente, que ficou na superintendência do Basa Rondônia por dez anos. **(AA)**

Amazonas ingressa com ADI na segunda-feira

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

Na próxima segunda-feira, o Estado vai entrar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com o objetivo de reverter o Decreto 57.144, que concede benefícios diferenciados às fabricantes de tablets em São Paulo. O documento é elaborado por técnicos do Amazonas e será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Secretarias do Estado da Fazenda (Sefaz), de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) e Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM) estão envolvidos na formatação da ADI.

Conforme o titular da Sefaz-AM, Isper Abrahim, os argumentos utilizados pelo governo para o 'ataque' ao decreto do Estado do Sudeste serão dois principais. O primeiro deles é o tratamento diferenciado que está sendo dado ao mesmo produto fabricado em dois lugares distintos. O segundo é o fato de que o incentivo paulista não ter passado pela aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

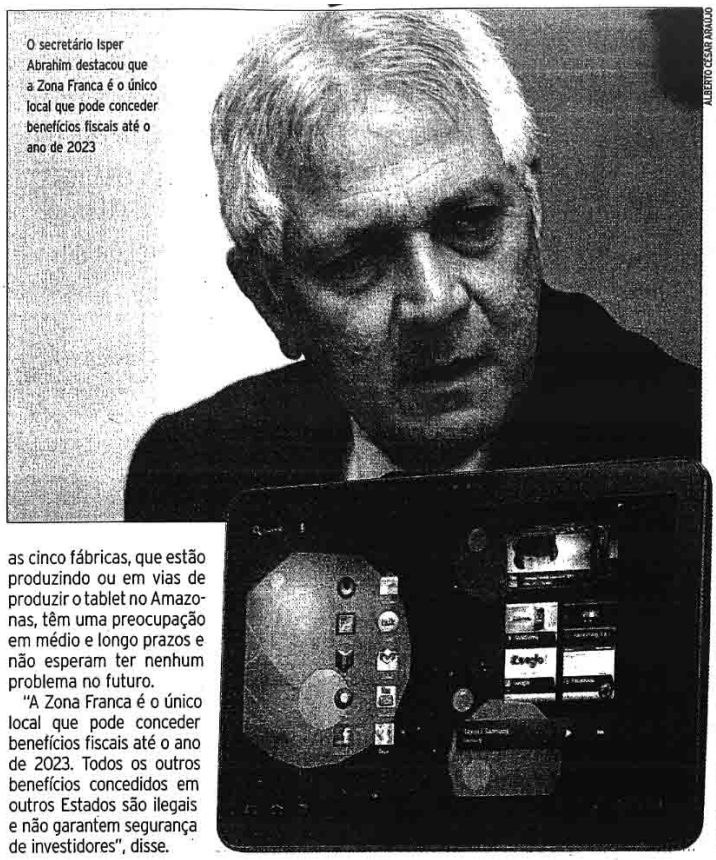
Abrahim ressaltou que a distinção de tributação de um produto é uma prática ilegal e que, ao passar por aprovação sem consulta no Confaz, o decreto recebeu uma reação imediata.

> Em junho deste ano, o Supremo invalidou benefícios fiscais vigentes sem o consenso de secretários de Fazenda estaduais

"Gostaríamos de deixar claro que essas medidas de guerra fiscal, no que concerne a benefícios imediatos e aparentes a empresas é algo que não está mais prosperando. O próprio ministro (do Supremo Tribunal Federal) já disse que não vai tolerar qualquer benefício ilegal dado a algum Estado em detrimento de outro. Isso é só uma questão de tempo", frisou Abrahim.

Outra preocupação é a de que empresas com projetos para a produção de tablets aprovados recuem seus investimentos, mas o secretário também acredita que isso não vai acontecer. Segundo ele, as cinco fábricas, que estão produzindo ou em vias de produzir o tablet no Amazonas, têm uma preocupação em médio e longo prazos e não esperam ter nenhum problema no futuro.

"A Zona Franca é o único local que pode conceder benefícios fiscais até o ano de 2023. Todos os outros benefícios concedidos em outros Estados são ilegais e não garantem segurança de investidores", disse.



ALBERTO CESAR ARAÚJO

O secretário Isper Abrahim destacou que a Zona Franca é o único local que pode conceder benefícios fiscais até o ano de 2023

'Produtos são piratas'

Uma das questões que envolve essa discussão dos tablets é a penetração dos produtos no mercado consumidor. Para Isper Abrahim, o preço do tablet está fundado em concessões ilegais que o governo de São Paulo faz e a população tem de estar ciente em não comprar produtos 'piratas', como ele próprio classifica esses itens. "Esse produto advindo de incentivos ilegais é pirata. Nós vamos usar os meios legais para questionar isso na Justiça", ressaltou. Abrahim disse ainda não ter dúvida de que o Amazonas sairá vitorioso.

O tablet produzido em São Paulo não vai pagar imposto no momento da fabricação. No entanto, quando for comercializado, será incidido 7% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O mesmo produto saído de Manaus, ao chegar ao mercado paulista, vai chegar com uma carga tributária de 18%.

Novos auditores vão reforçar fiscalizações

Novo superintendente regional do Trabalho e Emprego, Dermilson Chagas, informou que equipe de fiscalização ganhará 20 reforços nos próximos meses

RICHARD RODRIGUES
Equipe do EM TEMPO
richard@emtempo.com.br

Balanço dos seis primeiros meses deste ano mostra que 315 crianças foram afastadas do mercado de trabalho

Até o fim deste ano, as fiscalizações da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-AM) serão intensificadas por conta da chegada de 20 novos auditores que reforçarão o quadro de funcionários do órgão – 62 para 82 – nos próximos meses. O anúncio foi feito pelo titular do órgão, Dermilson Chagas, durante visita ao EM TEMPO.

"O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já anunciou que novos servidores serão convocados, o que será um avanço para proporcionar melhores condições de trabalho aos amazonenses", comemorou, ao lembrar que até o ano passado apenas dez fiscais atuavam no Amazonas.

Além dos reforços, Chagas destacou que o número não deve parar em 82. "Vamos pleitear junto ao MTE outros 20 novos fiscais neste ano", salientou o superintendente. Ele destacou ainda que em 2012, na tentativa de alavancar as fiscalizações, o MTE deve lançar mais um concurso público para a admissão de novos servidores, inclusive fiscais.

Após anunciar as medidas, a Chagas também fez um balanço das ações realizadas no Estado durante os seis primeiros meses deste ano. Segundo o superintendente, 315 crianças foram afastadas do mercado de trabalho e encaminhadas aos órgãos competentes nos seis primeiros meses deste ano. A superintendência realizou ainda 433 ações fiscais, responsáveis pela inserção de 1.459 aprendizes nas empresas locais. O mesmo número de ações (433) também foi realizado no Estado, o que obrigou o empresariado a contratar 674 PCDs.

Fiscalizações nos setores econômicos

Depois de 296 ações nas empresas do comércio e de serviços, a SRTE registrou 398 trabalhadores. No setor de transportes, o número de ações registradas atingiu a marca de 85, com 287 trabalhadores tendo a carteira de trabalho (CTPS) registrada. Os fiscais também percorreram o Polo Industrial de Manaus (PIM), em que 262 ações ocasionaram registro de 1.610 industriários. As empresas da construção, por sua vez, passaram por 286 ações e tiveram 337 trabalhadores registrados durante as ações de fiscalização.

No trabalho portuário e no setor rural, também foram encontradas irregularidades. Somente no setor portuário 378 pessoas foram registradas durante 132 ações, enquanto na área rural 43 trabalhadores foram registrados em 69 fiscalizações.

Eletricitários

Paralisação termina sob nova ameaça

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

Os eletricitários do Amazonas decidem, na próxima semana, se entram ou não em greve por tempo indeterminado. O primeiro indicativo do movimento se encerrou às 14h de ontem, sem posicionamento da concessionária a respeito da negociação do acordo coletivo.

"Tivemos algumas interrupções no fornecimento de energia em alguns pontos pela cidade, mas foram causados principalmente pelo alto consumo, devido ao calor característico desta época. Foi registrado também um blecaute em Manacapuru, mas isso aconteceu um dia antes da nossa paralisação", ressaltou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas (Stiu-AM), José Alberto Borges.

A categoria dos eletricitários pede reajuste salarial de 9,37%, mas, até o momento não recebeu contraproposta da concessionária. De acordo com o presidente, a quarta rodada de negociações estava marcada para o último dia 13 de julho, mas a empresa cancelou a reunião e não marcou uma nova data.

As negociações acontecem em Brasília e nos dias 26 e 27 de julho, a direção nacional do sindicato vai deliberar se entra ou não de greve por tempo indeterminado. No Amazonas, são aproximadamente 2,3 mil urbanitários atuantes. Em todo Brasil, esse número é de 27 mil.

A Eletrobras Amazonas Energia foi procurada pelo EM TEMPO para comentar os possíveis impactos da paralisação e sobre as negociações, mas, até o fechamento desta edição, não deu retorno.

Sefaz rechaça perda com decisão de SP

O decreto do Estado de São Paulo que desonera a produção de tablets é uma medida ineficaz, pois os investidores sabem da insegurança jurídica da medida e temem fazer qualquer investimento, avalia o Governo do Amazonas, segundo informações da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). O secretário Isper Abrahim disse, ontem, que o governo vai ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a decisão paulista até a próxima segunda-feira.

Em maio, segundo o site G1, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, havia afirmado que 12 empresas tinham manifestado interesse na produção do equipamento no Brasil. Além da Foxconn, responsável pela montagem do iPad, da Apple, as outras 11 empresas eram, conforme o ministro, Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itautec, Sanmina, Compalead, Semp Toshiba, AIOX e MXT.

No Amazonas, cinco empresas já estão com seus projetos de fabricação de tablets aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam). A CBTD (antiga gradiente), Digibrás (CCE), Greenworld, Positivo e Samsung estão com estimativa de investir R$ 405,3 milhões no Polo Industrial de Manaus (PIM), com geração de mais de 300 empregos diretos.

A reportagem do DIÁRIO tentou contato com os consultores econômicos e a diretoria das empresas para saber se há risco dos projetos de implantação serem adiados ou até mesmo cancelados por conta dos benefícios concedidos por São Paulo, mas até o fechamento desta edição não houve resposta.

Ação no Supremo

Em entrevista coletiva, nesta quinta-feira, o secretário de Fazenda afirmou que até segunda-feira o governo do Estado vai entrar com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal para reverter o decreto 57.144, do Governo de São Paulo.

No Amazonas, cinco empresas estão com projetos de fabricação de tablets aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento (Codam) / **Foto: Divulgação AE**

A medida paulista desonera a tributação do Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações de saída de produtos de informática fabricados em São Paulo. A decisão contraria o Conselho Nacional de P olítica Fazendária (Confaz) e o próprio STF. A lei da informática já garante a redução para 7% na tributação do ICMS nas operações interestaduais de produtos que saem de São Paulo. Com o novo decreto, a alíquota final foi zerada.

"Ninguém garante que essa seja a última ação que vamos mover para defender a Zona Franca de Manaus (ZFM). Há quarenta anos nós vemos questões de concessões de benefícios fiscais ilegais, mas é importante saber que o Estado está vigilante e tentando garantir, por meio de todos os mecanismos legais, o modelo", afirma Abrahim.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

MP foi passo importante pra atrair indústria

Um passo importante para atrair a produção de tablets para o País foi o incentivo fiscal dado recentemente ao equipamento, através da Medida Provisória 534, que dá ao equipamento o mesmo tratamento que os computadores com a Lei de Informática - que não garante incentivos sobre as alíquotas de ICMS.

As empresas que têm interesse em produzir no Brasil, utilizando benefícios fiscais, terão que seguir alguns critérios definidos pelo governo. O chamado Processo Produtivo Básico (PPB) determina que peças como baterias e gabinetes estão temporariamente dispensados da obrigação de serem produzidos no Brasil. Já as telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias, poderão ser importadas até dezembro de 2013.

A placa-mãe é o único componente que deve ter 50% de nacionalização ainda em 2011. Em 2013, a exigência é que ela tenha 95% de produção nacional.

SEBRAE

Inovação terá R$ 9 mi no ano

Daisy Melo
Da Redação
Manaus, Amazonas

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) investiu R$ 3,2 milhões em programas de inovação e tecnologia no Amazonas, no primeiro semestre deste ano.

A meta é aplicar nos últimos seis meses o restante do investimento previsto para o Estado em 2011, que é de R$ 9 milhões.

Desde janeiro, foram aplicados R$ 616,2 mil de R$ 1,9 milhão destinado ao Amazonas, neste ano, para três principais programas de inovação, gestão e capacitação: 'Agentes Locais de Inovação'; 'Sebrae Tec' e 'Sebrae Mais'. Esses projetos atenderão, ao longo do ano, 862 empresas no Estado. Para toda a Região Norte, o orçamento para esses programas foi de R$ 18,9 milhões, atendendo a 6.274 empresas.

O montante destinado ao Sebrae/AM é gasto em ações, como cursos, feiras, consultorias e estudos de mercado, realizadas através de 92 projetos diferentes, que são executados em cerca de 45 municípios do Amazonas. "Nossa intenção é capacitar o empreededor para que ele consiga se destacar no mercado, antecipar as tendências de consumo e melhorar sua gestão", explicou o diretor técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, acrescentando que 90% das empresas do Estado são micro e pequenas.